

justiça social, da abertura ao futuro e da moderação.

A possibilidade de participação da ASDI numa frente eleitoral com o PS terá pois de ser testada mediante a natureza da plataforma política que os socialistas estiverem dispostos a sustentar. E o mesmo se diga quanto a outras forças não subordinadas ao PCP, como o não é a UEDS, cuja participação me pareceria altamente positiva desde que baseada na coresponsabilização por um programa comum capaz de suscitar uma adesão eleitoral que privasse o PSD da maioria parlamentar.

*Sérvulo Correia*  
\* Dirigente da ASDI. Antigo secretário-geral do PSD e dirigente do seu grupo parlamentar.

# O espaço da esperança

Joel Hasse Ferreira\*

## Alternativas

4. — Sinteticamente, as alternativas que na conjuntura política pré-eleitoral se irão apresentar à União da Esquerda para a Democracia Socialista são as seguintes: acordo com o Partido Socialista, no âmbito de uma eventual Frente ou Aliança a constituir; acordo com a APU; ou ainda acordo (bilateral ou mais alargado) com a UDP. Rejeitamos, por nos parecerem de maior possibilidade, as hipóteses de apresentação nas eleições de 80 de uma candidatura autónoma da UEDS e a pura e simples não apresentação eleitoral, por qualquer deles comportar elevados riscos estratégicos para a afirmação do projecto político da democracia socialista. Riscos esses que julgamos quase inevitáveis, pelo menos, não carecendo neste tempo e lugar, de explicitação.

5. — Consideramos que o espaço socialista democrático em que se inserem a ASDI, o MSD, o PS, a UEDS, sectores do MES e independentes de esquerda partidariamente

te desvinculados é neste momento o **espaço da esperança**. É é-o, porque, a não se conseguir revitalizar este espaço político, dando-lhe uma dinâmica diferente da actual, iremos assistir com décadas de atraso (o fascismo em Portugal caiu também trinta anos depois) à repetição do que foi nalguns países europeus, o cenário político da guerra fria: uma direita unida no poder, combatida por um forte partido comunista, hegemónico no terreno sindical mas ineficaz no terreno institucional. Entre os dois blocos, algumas organizações políticas de esquerda democrática buscam não se deixar levar entre elas e outros, à tentação da coligação com o poder ou ao abraço de ferro de partidos comunistas não destalinizados. Ou seja, a não afirmação autónoma e rigorosa, a curto prazo, deste espaço socialista democrático, viria a significar provavelmente a consolidação no poder da burguesia conservadora, por um longo período.

6. — Se o Partido Socialista viesse a optar por uma viragem à direita, por um acordo político com a AD, não restaria muito mais à UEDS do que, no âmbito de um claro acordo político com a APU, contribuir para a criação de um contrapeso político, institucional e social, que catalisasse a oposição de esquerda ao governo conservador-liberal. Acordo que salvaguardaria possivelmente a sobrevivência estratégica do projecto da democracia

E porque não com "uma feminista no protagonismo que se chama Maria de Lourdes Pintasilgo?"

socialista, mas que revestiria a coloração da subordinação, ainda que tática, a uma força imbuída de concepções leninistas e autoritárias estranhas às propostas e à prática da UEDS. Um eventual acordo APU-UEDS parece-nos que seria sempre um acordo relativamente recuado, simplesmente defensivo, não podendo vir a pretender desempenhar um qualquer papel hegemónico no plano institucional.

Otel

Par o Futuro

# o jornal

## Uma atitude inqualificável

Durante a campanha eleitoral, a AD afirmou, repetidamente, que apenas se nortearia por critérios de competência para a escolha dos que deviam ocupar os (ou manter-se nos) cargos públicos, e nunca por razões ideológicas. Mais acentuou também, como não podia deixar de ser — pelo menos nessa fase de propaganda... —, que poria acima de tudo os interesses nacionais, e deixaria à porta da governação os meramente partidários ou de clientelas — tudo, aliás, ideias ou linhas de força retomadas pelo primeiro-ministro, Sá Carneiro, ao falar na Assembleia da República.

Porém, e como também este Governo tem repetido, o que interessa são os actos e não as palavras. E alguns desses actos, logo dos primeiros e mais significativos, têm negado flagrantemente aquelas palavras. Em vários campos há indícios seguros de que se vai caminhar nesse sentido. E, entretanto, tal é particularmente notório num domínio tão importante como o das relações exteriores.

Fala-se na substituição de vários embaixadores, entre os quais estão homens e cidadãos a quem este país alguma coisa deve e que no exercício das suas funções demonstraram competência e proficiência como, aliás, era de esperar da sua capacidade intelectual. E pretexta-se tratar-se de embaixadores não de carreira, mas políticos — como se houvesse embaixadores que o não fossem, como se a carreira diplomática não tivesse a ver fundamentalmente com isso, político, e fosse apenas, sobretudo, uma técnica.

Mas, entre os chamados embaixadores políticos, decerto que não se sacrificarão todos, mas sim os mais conhecidos como antifascistas ou democratas desde antes do 25 de Abril, ou considerados como próximos de sectores da esquerda. Os outros serão mantidos, devendo dizer-se que também estes foram, salvo qualquer excepção, nomeados durante governos ligados a sectores agora na oposição, ou que pelo menos durante eles foram, e muito bem, mantidos nos seus postos.

Primeiro, foi o escândalo, a autêntica vergonha que constitui o «caso» de Maria de Lurdes Pintasilgo, exemplo de dignidade moral e de prestígio e competência no exercício do seu cargo de embaixadora de Portugal na UNESCO e que após ter desempenhado cabalmente o papel que foi chamada a desempenhar como primeiro-ministro (a cujo Governo competia antes de tudo preparar, em liberdade e paz social, eleições sérias e genuínas como aquelas que se realizaram a 2 e 16 de Dezembro p.p.) e se impor, se não à admiração, pelo menos ao respeito dos portugueses democratas e de boa-fé, ser afastada ou saneada do seu posto em Paris.

Agora, e logo de seguida, outro escândalo — o da oposição de, pelo menos, largos sectores da AD, à eventual ou hipotética nomeação do tenente-coronel Melo Antunes para o alto cargo de secretário-geral adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia, e a campanha contra ele mais uma vez desenvolvida, a tal propósito.

Pois bem: é de clareza meridiana, e não pode sofrer sombra de contestação, que seria pelo menos prestigioso e de interesse para o nosso país, mormente ao nível do mais importante organismo internacional, ser um português a ocupar tão importante cargo. E do ponto de vista nacional, não se vê como seja possível opor-se à sua possível nomeação. Pela nossa parte, se houvesse hipótese do dr. Freitas do Amaral, ou alguém no seu partido, alguma vez ser pensado ou convidado para algo de semelhante num organismo internacional, só poderíamos apoiar a ideia e congratularmo-nos com o facto.

Que um português que, em todas as circunstâncias, demonstrou ser, além do mais, um democrata, e é mesmo um dos «capitães de Abril» que libertaram Portugal, e um dos que mesmo nas mais difíceis situações se manteve fiel aos seus ideais de liberdade e justiça, veja a sua possibilidade de ser escolhido pelo secretário-geral da ONU para seu adjunto combatida pelo próprio governo do seu país ou por sectores políticos que o apoiam — é, no mínimo, inqualificável!

O que muitos milhe-  
res de portugueses pen-  
sam e sentem:



dos responsáveis da AD durante a campanha eleitoral e apreciar a sua actuação no Governo, verifica que as promessas foram apenas um meio para alcançar os seus fins, ou seja, o poder, na medida em que, em vez de procurarem as prometidas competências começam, desde logo, por tentar afastar da cena política portuguesa figuras competidíssimas e por de mais conhecidas do povo português e até dos políticos mundiais.

É o caso, por exemplo, da eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo cuja competência já não é contestada quer como governante, quer como embaixadora. A ponto de o seu afastamento em qualquer destas missões causar grande tristeza, não só aos portugueses de bom senso que choram a sua retirada do Governo, como também a todos aqueles que tiveram a oportunidade de apreciar a sua capacidade, de tal modo que o seu afastamento lhes causaria decepção, dizendo que «contribuiu de modo assinalável para a concretização de projectos a que a UNESCO atribuía a maior importância», sendo escolhida pela revista «Elle» como uma das personalidades políticas do ano.

Isto, quanto a mim, quer dizer alguma coisa. Será que todos os seus admiradores estão enganados? De modo nenhum, desde que ela

seja encarada pela óptica da competência e não do partidarismo.

No entanto, os apregoadores eleitorais das competências procuram afastá-la da sua missão de embaixadora de Portugal na UNESCO, sem se preocuparem com o prejuízo que tal medida possa trazer à Nação. E porquê? Apenas por ela não partilhar da sua cartilha política.

Tal facto começa a preocupar-nos, levando-nos a pensar que Portugal não vai ficar entregue, até às novas eleições, nas mãos de homens competentes, mas sim, de partidários e subsinos, que cegamente obedecem à cor que os rege, mesmo que esse não seja o caminho mais indicado para a grande maioria dos portugueses, que viram no 25 de Abril o dia da liberdade e da justiça social, e agora se vêem defraudados. E causa admiração que tais inteligências e competências não vejam que estão a ser apreciadas nas palavras e nos actos por todos aqueles que, de boa-fé, ambicionam um Portugal livre e democrático, onde a justiça social tão apregoada, e não vista, seja uma realidade palpável.

É por isso que pergunto: afinal, procuram-se competências ou elementos partidários?

**Governo da AD  
e M. Lurdes  
Pintasilgo:  
que «competências»  
se procuram?**

Quem esteve atento às palavras

Paulo da Fonseca  
Porto